

Marcha Mundial das Mulheres lança as ações do ano em 8 de março, por Giulliana Bianconi

Maior evento do cronograma da MMM está previsto para maio, no Rio Grande do Norte, onde milhares devem marchar contra a precarização do trabalho feminino

[\(Época, 01/03/2020 - acesse no site de origem\)](#)

Em uma semana, estaremos na data mais emblemática da reivindicação dos direitos das mulheres no Brasil e no mundo. O 8 de março, que em algum momento do século passado havia se tornado uma memória, algo quase festivo — embora sempre tenha mobilizado as feministas em seus círculos —, recuperou sua vocação e seu tom de luta com as marchas de mulheres, que no Brasil têm como marco o ano de 2000.

Foi ali que aconteceram as primeiras ações da Marcha Internacional das Mulheres (MMM) no país, uma aliança internacional com articulações contínuas que culminam em ações conjuntas entre grupos de mulheres organizadas em dezenas de países a cada cinco anos.

O calendário do 8 de março extrapola as ações da MMM, com grupos diversos em diferentes ambientes (acadêmico, político, estudantil e na sociedade civil) se auto-organizando para avançar e debater pautas da agenda feminista e relacionadas à equidade de gênero. Mas a Marcha Mundial das Mulheres é uma referência, sem dúvida, por carregar imensa carga política e musculatura de movimento social. Na edição mais recente, a de 2015, os esforços e os discursos das mulheres eram direcionados a visibilizar na sociedade a necessidade de defesa dos territórios das mulheres. Um olhar para as comunidades, para o debate da sustentabilidade com a lente de gênero.

Em 2020, o tema central das mobilizações que mais uma vez devem ganhar as ruas em mais de 70 países é “Resistir para viver, marchar para

transformar”. A leitura feita pelas coordenações nacionais da Marcha Mundial das Mulheres é que a autonomia das mulheres ainda é ameaçada pela estrutura onde a precarização do trabalho feminino é sempre maior. O posicionamento da Marcha é de enfrentamento ao sistema capitalista padrão, onde a divisão sexual do trabalho ainda impera e tem como consequência uma menor autonomia financeira das mulheres — em relação aos homens.

As ações da Marcha se espalham pelas cidades brasileiras, concentradas na capitais, e se autoreconhecem como “anticapitalista, antirracista e anticolonialista”. As ações começam no dia 8 de março e seguem até outubro, com cinco momentos. Para realizá-los, as comitativas que organizam o movimento fazem reuniões com representantes do poder Executivo e parlamentares.

Quase sempre, são políticos alinhados à esquerda. A maior ação da Marcha Mundial das Mulheres, neste ano, está prevista para maio, e foi anunciada oficialmente no fim de janeiro pela única governadora do país, Fátima Bezerra (RN/PT), que declarou que em maio o Rio Grande do Norte será um território livre, de luta das mulheres em nível nacional e internacional.

Sempre na pauta da Marcha, a violência contra as mulheres esteve em destaque em todas as quatro edições realizadas até agora no Brasil, e neste ano mantém espaço no discurso das mulheres que conduzem a MMM a partir da crítica ao autoritarismo, destacando o repúdio a ataques a jornalistas mulheres pelo governo Bolsonaro.

Giulliana Bianconi é jornalista, fundadora e diretora da organização *Gênero e Número*.